



RELATÓRIO TÉCNICO FINAL

Projeto: O Conselho Presidial do Maranhão (1825-1834)

Proponente: Dr. Marcelo Cheche Galves
Universidade Estadual do Maranhão
Departamento de História e Geografia

Edital FAPEMA APP – UNIVERSAL 001/2012
Solicitação APP 00261/12
Valor: 12.950,00

São Luís

2014

1. Introdução, dados sobre a equipe executora

O projeto de pesquisa *O Conselho Presidial do Maranhão (1825-1834)* foi concebido com o objetivo principal de analisar a constituição e a atuação do Conselho Presidial do Maranhão, cujo funcionamento compreende o período de 1825 a 1834.

Os Conselhos Presidiais foram criados pela Carta de 20 de outubro de 1823 como uma das consequências dos debates travados pela Assembleia Constituinte naqueles meses. Em pauta estavam projetos que transpareciam a pressão centralizadora que já podia ser sentida no plenário, especialmente com a criação da figura do presidente de província, diretamente nomeado pelo Imperador, em substituição às Juntas de Governo, eleitas pelos habitantes da província.

Espécie de concessão aos defensores de uma administração mais federativa, o Conselho Presidial foi aprovado com o intuito de constituir uma esfera representativa – eleita na província -, de caráter deliberativo no que respeitava as atribuições definidas pela mesma Carta, mas apenas consultivo para os demais assuntos. O presidente da província presidiria também o Conselho, já o conselheiro mais votado seria o vice-presidente da província.

No Maranhão, a primeira eleição para as seis vagas do Conselho ocorreu em condições especiais. Como consequência das escaramuças que afligiam a província desde a “adesão”, muitos potenciais candidatos foram alijados da disputa pelo dispositivo constitucional que impedia a candidatura de cidadãos “pronunciados em querela, ou devassa”¹. Tal restrição também atingia as candidaturas de deputados e senadores à Assembleia Geral, realizadas no mesmo período.

Essa forçada renovação dos quadros da política provincial não deixou de expressar os pares que ainda delineavam o debate político, especialmente aquele que distinguiu “portugueses” e “brasileiros”. Entre os cidadãos identificados politicamente como “portugueses” foram eleitos Patrício José de Almeida e Silva, Joaquim José Sabino e Ricardo Henriques Leal. Dentre os “brasileiros”, os Belfort foram representados por Manuel Gomes da Silva Belfort, cujo primeiro posto público tinha sido o de tesoureiro da Junta de Governo, assumido em outubro de 1823. Foram eleitos ainda Raimundo Ferreira da Assunção Parga e Felipe Antonio de Sá.

¹ Artigo 94, inciso III, da Constituição de 1824.

A primeira sessão do Conselho ocorreu a 7 de julho de 1825. A esta primeira legislatura, sucederam outras duas, até o ano de 1834, momento em que foi extinto por Decreto Imperial. Os nove anos de atuação do órgão foram registrados nos livros 1337 – Atas do Conselho do Governo da Província do Maranhão (1825-1832), 1338 – Registro das Ordens do Conselho Presidial da Província (1826-1834) e 1339 - Livro de Registro das Atas do Conselho de Governo (1832-1856)², todos preservados pelo Arquivo Público do Estado Maranhão.

A análise dos registros deixados pelo Conselho Presidial revela a importância do órgão sob, pelo menos, dois aspectos: 1) a dinâmica política provincial: petições questionando a legalidade da eleição deste ou daquele conselheiro, moções de protesto e envolvimento dos conselheiros nos conflitos que agitavam a cena política; 2) a atuação do Conselho relativa às suas atribuições deliberativas, por exemplo: fomento da agricultura, comércio e indústria, promoção da educação para a mocidade, proposição e conserto de obras, promoção da catequese de índios, atendimento de queixas contra funcionários públicos, abusos da liberdade de imprensa e atentados à segurança pessoal³.

Para frustração do historiador, os Livros de Atas quase nunca reproduziram as falas dos conselheiros, apenas as sínteses das petições, eventuais relatos e o parecer final, sem o registro das opiniões dissonantes. Sintéticas foram também as anotações presentes no Livro de Registro das Ordens, informativo dos encaminhamentos dados às decisões finais do Conselho. Porém, por entre os registros caracterizados pela formalidade que o ato de registrá-los exigia, emergem nuances de uma província em movimento, cujo aparato administrativo e a tessitura política ainda acomodavam-se ao novo centro de autoridade, instituído no Rio de Janeiro.

Sobre a equipe executora, o projeto contou com a participação inicial de três alunos: Andréa Pestana Almeida (graduanda em História UEMA – Bolsista PIVIC/UEMA), Rafaelly de Jesus Xavier de Oliveira (graduanda em História UEMA - Bolsista PIBIC/FAPEMA) e Raíssa Gabrielle Vieira Cirino (graduanda em História UEMA – Bolsista PIBIC/CNPq). No decorrer do projeto, foram incorporados os alunos Lucivan Vieira dos Santos Júnior (graduando em História UEMA – Bolsista PIBIC/FAPEMA) e Wild Muller dos Santos Lima Orlanda (mestranda em História pelo

² O Conselho foi extinto em 1834. Contudo, o livro também serviu a outros registros, que se estenderam até 1856.

³ Respectivamente, os incisos 1, 2, 5, 9 e 15 do artigo 24 da Carta de 20 de outubro de 1823. Os incisos foram aqui resumidos.

Programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativas – UEMA). Registre-se ainda que a aluna Raíssa Gabrielle Vieira Cirino, inicialmente graduanda pela UEMA, concluiu sua bolsa PIBIC/CNPq e sua monografia de graduação dentro da temática do projeto, e dá continuidade a esses estudos agora como aluna do mestrado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão (PPGHIS/UFMA)⁴. Por fim, quanto ao professor Yuri Michael Pereira Costa, do Departamento de História e Geografia da Universidade Estadual do Maranhão, participante da equipe desse projeto em seu momento inicial, sua aprovação no Doutorado em História da Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS), no início de 2013, inviabilizou sua permanência no projeto.

Assim, o projeto foi desenvolvido com a seguinte Equipe Executora:

Equipe executora:

Nome	Endereço eletrônico	Titulação	Instituição de vínculo
Marcelo Cheche Galves (proponente)	marcelocheche@ig.com.br	Doutor (História)	Universidade Estadual do Maranhão
Andréa Pestana Almeida	dedeas2@hotmail.com	Aluna de graduação (História) Bolsista UEMA/PIVIC	Universidade Estadual do Maranhão
Lucivan Vieira dos Santos Júnior	jiin10r@hotmail.com	Aluno de graduação (História) Bolsista UEMA/FAPEMA	Universidade Estadual do Maranhão
Rafaelly de Jesus Xavier de Oliveira	rafinhahst2010@hotmail.com	Aluna de graduação (História) Bolsista UEMA/FAPEMA	Universidade Estadual do Maranhão
Raíssa Gabrielle Vieira Cirino	raissa_gabrielle1@hotmail.com	Mestranda em História (PPGHIS/UFMA)	Universidade Federal do Maranhão
Wild Muller dos Santos Lima Orlanda	wild.itz@ifma.edu.br	Mestranda em História (PPGHEN/UEMA)	Universidade Estadual do Maranhão

⁴ Entre o término da Bolsa PIBIC/UEMA/CNPq e o ingresso no Mestrado, também com Bolsa, a aluna usufruiu de uma Bolsa BATI/FAPEMA (Edital 2012), fundamental para a dinamização do trabalho de transcrição da documentação em questão.

2. Metodologia

Em consonância com o objetivo específico, proposto inicialmente, de “transcrever os livros 1337, 1338 e 1339⁵, facilitando assim, o acesso de outros pesquisadores a esses registros”, os integrantes do projeto realizaram um grande esforço para fotografar⁶ e posteriormente transcrever todos os registros dos referidos livros. Como resultado, produzimos um arquivo com 333 páginas de transcrição de todas as Atas do Conselho (livros 1337 e 1338), e outro arquivo, com 54 páginas, composto pela transcrição do Livro de Ordem do Conselho (livro 1338).

Em um segundo momento, teve início a análise das atas a partir de duas perspectivas, diretamente relacionadas às atribuições do Conselho: as medidas tomadas em relação à educação da província, mais bem visualizadas a partir do Decreto de 15 de outubro de 1827; a atuação do Conselho na garantia da liberdade de imprensa e, paradoxalmente, a tensa convivência entre os membros do Conselho e alguns redatores de periódicos – analisamos também a utilização da Tipografia Nacional, de cunho oficial, por parte do Conselho, na impressão do expediente, ordens, decretos imperiais, além de materiais didáticos, gramáticas e a recém aprovada Constituição de 1824.

Quinzenalmente, e como parte das atividades do Núcleo de Estudos do Maranhão Oitocentista (NEMO), promovemos reuniões para debater os rumos da pesquisa: análise documental, leituras teóricas⁷, apresentação de trabalhos acadêmicos e próximos encaminhamentos. Registre-se que os integrantes do NEMO possuem um grupo de discussão que se reúnem em quinzenas intercaladas ao projeto. Nessas reuniões, obras de referências sobre o Oitocentos são analisadas.

3. Resultados

No período de vigência do projeto, ocorreu a defesa de uma monografia, produção de relatórios de pesquisa, apresentação de trabalhos em diversos eventos

⁵ Preservados pelo Arquivo Público do Estado do Maranhão. Os livros 1337 e 1339 contêm os registros das Atas do Conselho. O livro 1338 contém as Ordens expedidas pelo órgão.

⁶ O trabalho técnico de fotografar os registros no Arquivo Público foi feito por outros três alunos, integrantes do NEMO, mas não desse projeto especificamente. São eles: Honório Miranda Tavares, Lucas Gomes Carvalho Pinto e Romário Sampaio Basílio.

⁷ Importantes títulos, atualmente sob a guarda da Biblioteca Setorial do curso de História, foram adquiridos com os recursos desse Edital.

acadêmicos, além da publicação de resultados de pesquisa e da elaboração de instrumentos de pesquisa, conforme os dados apresentados a seguir.

3.1 Monografias, Relatórios e trabalhos apresentados

a) Monografias:

RAÍSSA GABRIELLE VIEIRA CIRINO. O Conselho Presidial do Maranhão (1825-1829). 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Universidade Estadual do Maranhão, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Marcelo Cheche Galves.

- **Registre-se a previsão de defesa de mais duas monografias para o ano de 2015 (Andréa Pestana Almeida e Lucivan Vieira dos Santos Júnior). Por razões pessoais, a aluna Rafaelly de Jesus Xavier de Oliveira trancou o curso de História.**
- **Quanto às dissertações, Raíssa Gabrielle Vieira Cirino já realizou o Exame de Qualificação, e a Defesa, sob a orientação da Dra. Regina Helena Martins de Faria (UFMA) deverá ocorrer ainda em 2014; já a aluna Wild Muller dos Santos Lima Orlanda defenderá a sua Dissertação no final do ano de 2015.**

b) Relatórios de Pesquisa:

2013

ANDRÉA PESTANA ALMEIDA. O Conselho Presidial e a Educação na província do Maranhão (1825-1834). 2013. Iniciação Científica. (Graduando em História) - Universidade Estadual do Maranhão. Orientador: Marcelo Cheche Galves.

LUCIVAN VIEIRA DOS SANTOS JÚNIOR. O Conselho Presidial e a imprensa na província do Maranhão (1825-1834). 2013. Iniciação Científica. (Graduando em História) - Universidade Estadual do Maranhão, Fundação de Amparo à Pesquisa ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Marcelo Cheche Galves.

2012

ANDRÉA PESTANA ALMEIDA. O Conselho Presidial do Maranhão e a organização da educação na província. 2012. Iniciação Científica. (Graduando em História) - Universidade Estadual do Maranhão. Orientador: Marcelo Cheche Galves.

RAFAELLY DE JESUS XAVIER DE OLIVEIRA. Documentos sobre a Setembrada. Maranhão, 1831. 2012. Iniciação Científica. (Graduando em História) - Universidade Estadual do Maranhão, Fundação de Amparo à Pesquisa ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Marcelo Cheche Galves.

RAÍSSA GABRIELLE VIEIRA CIRINO. O Conselho Presidial e a dinâmica política provincial. 2012. Iniciação Científica. (Graduando em História) - Universidade Estadual do Maranhão, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Marcelo Cheche Galves.

c) Trabalhos apresentados:

ALMEIDA, A. P. A instrução pública da província do Maranhão nas Atas do Conselho Presidial: Um olhar sobre a (re)organização da educação da mocidade. 2013. (Apresentação de Trabalho/Simpósio). III Simpósio de História do Maranhão Oitocentista: Impressos do Brasil no Século XIX. São Luís. Universidade Estadual do Maranhão, 2013.

CIRINO, R. G. V. (Re) Descobrindo fontes: as Atas do Conselho Presidial do Maranhão, uma alternativa para estudos sobre História da Educação no Império (1825-1834). 2014. (Apresentação de Trabalho/Comunicação). VII Encontro Maranhense de História da Educação. São Luís. Universidade Federal do Maranhão, 2014

CIRINO, R. G. V. O Conselho Presidial do Maranhão locus de poder provincial (1825-1829). 2013. (Apresentação de Trabalho/Simpósio). XVII Simpósio Nacional de História - Conhecimento histórico e diálogo social. Natal. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2013.

CIRINO, R. G. V. “E o Conselho resolveu”: análise das ações políticas do Conselho Presidial do Maranhão na área de educação pública (1825-1828). 2013. (Apresentação de Trabalho/Comunicação). VI Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís. Universidade Federal do Maranhão, 2013.

CIRINO, R. G. V. Papéis incendiários em uma província de sossego imperturbável: análise do jornal O farol maranhense pelas atas do Conselho Presidial (1828-1829). 2013. (Apresentação de Trabalho/Outra). I Encontro da Rede Maranhense de Pesquisa em Mídia. São Luís, Universidade Federal do Maranhão, 2013.

CIRINO, R. G. V. De súditas a cidadãs: requerimentos de mulheres ao Conselho Presidial do Maranhão (1828-1830). 2013. (Apresentação de Trabalho/Simpósio). I Simpósio de História em Estudos Amazônicos: Gentes, território e cultura no Pará e Maranhão. São Luís. Universidade Federal do Maranhão, 2013.

CIRINO, R. G. V. 'A bem do serviço da Pátria' - a instituição do Estado imperial a partir do Conselho Presidial do Maranhão (1825-1831). (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra). I Seminário de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais. Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEPOC). São Luís, Universidade Federal do Maranhão, 2013.

CIRINO, R. G. V. A disputa pela palavra no pós-independência: embates escritos entre o Conselho Presidial do Maranhão e o jornal O Farol Maranhense (1828-1829). 2012. (Apresentação de Trabalho/Simpósio). V Encontro Estadual de História da ANPUH-MA. Em tempos de 400 anos: comemorações, esquecimentos e contradições. São Luís. Universidade Estadual do Maranhão, 2012.

OLIVEIRA, R. J. X. A Setembrada: novas perspectivas. III Simpósio de História do Maranhão Oitocentista: Impressos do Brasil no Século XIX. São Luís. Universidade Estadual do Maranhão, 2013.

OLIVEIRA, R. J. X. Imprensa maranhense no Primeiro Reinado: Algumas considerações sobre o jornal O Farol Maranhense.. 2012. (Apresentação de Trabalho/Comunicação). V Encontro Estadual de História da ANPUH-MA. Em tempos de 400 anos: comemorações, esquecimentos e contradições. São Luís. Universidade Estadual do Maranhão, 2012.

c) Trabalhos aprovados para apresentação (inclui texto completo):

Três integrantes do projeto tiveram trabalhos aprovados para o IV Encontro de História do Império Brasileiro - Olhares sobre o Brasil no Oitocentos: Política,

Instituição, Trabalho e Instituições, que ocorrerá na Universidade Federal Rural de Pernambuco, entre os dias 25 e 27 de novembro de 2014. Conforme segue:

ALMEIDA, Andréa Pestana. 15 de Outubro de 1827: o terceiro passo à promoção da educação da mocidade na Província do Maranhão.

ORLANDA, Wild Muller dos Santos Lima. O bê-a-bá do sertão: o Conselho Presidial e a instrução pública do Maranhão (1827-1834).

SANTOS JÚNIOR, Lucivan Vieira dos. O Conselho Presidial no Maranhão: produção e controle dos impressos na província.

3.2 Produção acadêmica

Periódicos:

GALVES, Marcelo Cheche. Entre o centro e a província: a primeira eleição para deputado geral no Maranhão pós-independência. **Cadernos de Pesquisa (UFMA)**, v. 20, p. 7-15, 2013.

<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/1243>

Anais de evento (texto completo)

ALMEIDA, A. P. A INSTRUÇÃO PÚBLICA DA PROVÍNCIA DO MARANHÃO NAS ATAS DO CONSELHO PRESIDIAL: Um olhar sobre a (re)organização da educação da mocidade. 2013. In: Anais do III Simpósio de História do Maranhão Oitocentista Impressos do Brasil no Século XIX, 2013, São Luís. 2013, p. 1-9. <http://www.outrostemplos.uema.br/oitocentista/cd/ARQ/09.pdf>

CIRINO, R. G. V. (Re) Descobrindo fontes: as Atas do Conselho Presidial do Maranhão, uma alternativa para estudos sobre História da Educação no Império (1825-1834). In: VII Encontro Maranhense de História da Educação. São Luís. Universidade Federal do Maranhão, 2014. Anais do VII Encontro Maranhense de História da Educação, 2014, p. 1-10. CD-ROM. http://www.emhe7.ufma.br/Caderno_Programacao.pdf (link para o Resumo)

CIRINO, R. G. V. A construção do Estado brasileiro no Império e a elite política do Maranhão: apreciações iniciais (1825-1827). In: Anais do III Simpósio de História do Maranhão Oitocentista Impressos do Brasil no Século XIX. São Luís. Universidade Estadual do Maranhão, 2013, p.1-10. <http://www.outrostemplos.uema.br/oitocentista/cd/ARQ/52.pdf>

CIRINO, R. G. V. O Conselho Presidial do Maranhão locus de poder provincial (1825-1829). In: Anais do XVII Simpósio Nacional de História - Conhecimento histórico e diálogo social, 2013, Natal - RN. XVII Simpósio Nacional de História - Conhecimento histórico e diálogo social, 2013, p. 1-10. http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1370886107_ARQUIVO_Anpuh2013versaofinal.pdf

CIRINO, R. G. V. “E o Conselho resolveu”: análise das ações políticas do Conselho Presidial do Maranhão na área de educação pública (1825-1828). In: Anais da VI Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís. Universidade Federal do Maranhão, 2013, p. 1-9. <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo3-estadolutassociaisepoliticaspublicas/pdf/eoconselhoresolveu.pdf>

CIRINO, R. G. V. A disputa pela palavra no pós-independência: embates escritos entre o Conselho Presidial do Maranhão e o jornal O Farol Maranhense (1828-1829). In: Anais do V Encontro Estadual de História da ANPUH-MA. Em tempos de 400 anos: comemorações, esquecimentos e contradições, 2012, São Luís. Anais do V Encontro Estadual de História da ANPUH-MA. Em tempos de 400 anos: comemorações, esquecimentos e contradições. São Luís: Editora UEMA, 2012. CD-ROM.

CIRINO, R. G. V. De colégio só o nome: análise de parecer sobre educação pública em São Luís dado pelo Conselho Presidial. In: Anais do V Encontro Maranhense de História da Educação, 2012, São Luís. V Encontro Maranhense de História da Educação. São Luís: UFMA, 2012. CD-ROM.

OLIVEIRA, R. J. X. A Setembrada: novas perspectivas. In: Anais do III Simpósio de História do Maranhão Oitocentista: Impressos do Brasil no Século XIX. São Luís. Universidade Estadual do Maranhão, 2013, p. 1-6. <http://www.outrostempos.uema.br/oitocentista/cd/ARQ/51.pdf>

OLIVEIRA, R. J. X. Imprensa maranhense no Primeiro Reinado: Algumas considerações sobre o jornal o Farol Maranhense. In: Anais do V Encontro Estadual de História da ANPUH-MA. Em tempos de 400 anos: comemorações, esquecimentos e contradições, 2012, São Luís. Anais do V Encontro Estadual de História da ANPUH-MA. Em tempos de 400 anos: comemorações, esquecimentos e contradições. São Luís: Editora UEMA, 2012. CD-ROM.

3.3 Instrumentos de pesquisa

Além da produção acadêmica, como já observado, a equipe executora empenhou-se na elaboração de instrumentos de pesquisa que auxiliem trabalhos futuros, interessados nesta documentação⁸. Assim, o Núcleo de Estudos do Maranhão Oitocentista (NEMO), situado na Universidade Estadual do Maranhão, Prédio da História (Rua da Estrela, 329 – Centro Histórico), disponibiliza aos interessados a transcrição dos Livros 1337, 1338 e 1339. Em 2015, deveremos encaminhar para a FAPEMA um projeto (Edital APUB) de publicação comentada dessas Atas. Esse projeto, em parceria com a Dra. Regina Helena Martins de Faria (UFMA), já está em andamento e, provisoriamente, possui o seguinte formato:

Publicação de três volumes, de acordo com as legislaturas do Conselho: 1825-1827 (v. 1); 1828-1830 (v.2) e 1831-1834 (v.3), contendo cerca de 250 páginas cada volume. Os volumes serão acompanhados pelos seguintes artigos:

Sumário:

Apresentação

Marcelo Cheche Galves e Regina Helena Martins de Faria

O Conselho Presidial nos primeiros anos do Império

Marcelo Cheche Galves

O Conselho e os aparatos de segurança da província

Regina Helena Martins de Faria

⁸ No Anexo 1, apresentamos a transcrição da ata da 1^a sessão do Conselho (Livro 1337); no Anexo 2, a transcrição das primeiras Ordens expedidas pelo Conselho, a partir de junho de 1826 (Livro 1338).

A Carta de 20 de outubro de 1823

Yuri Michael Pereira Costa

O Conselho como objeto e fonte de pesquisa

Raíssa Gabrielle Vieira Cirino

O Sertão maranhense nas deliberações do Conselho

Alan Kardec Gomes Pachêco Filho

O Conselho e a educação na província do Maranhão (1825-1834)

Andréa Pestana Almeida

O Conselho e a imprensa na província do Maranhão (1825-1834)

Lucivan Vieira dos Santos Júnior

ANEXO 1

1337 – Livro de registro das atas do Conselho do Governo

P. 1, verso 1 (numeração do próprio livro)

Primeira Ceção [ilegível] Conselho Prezidial como abaixo se declara, [ilegível]

7 de julho de 1825

Ceção 1º

Anno do nascimento de nosso Senho Jezus Chrysto de mil e oitocentos e vinte e cinco <aos sete dias do mês de Julho do dicto anno> quanto da Independencia do Imperio, +nesta cidade de São Luiz do Maranham, em Palacio do Governo, Salla das Ceções do mesmo Governo, sendo ahi forão prezentes os Excelentissimos Senhores Vice Prezidente Doutor Patricio Joze de Almeida da Silva, o Capitão Manoel Gomez da Silva Belfot, o Tenente Antonio Joze de Souza, o Tenente Coronel Raimundo Ferreira da Asunção Parga, o Capitão Mor Ricardo Henrique Leal, o Capitão Filipe Antonio de Sá, e o Doutor Juiz de Fórum Joaquim Joze Sabino, sendo ahi [ilegível] os mesmos Excelentissimos senhores esta ceção por aberta, instalada, sendo tão bem presente o Secretario do Governo, que hei abaixo assinado, e logo pelos mesmos Excelentissimos Senhores foi proposto um Concelho, a reprezentação do Juiz de Fórum pela Leiz da Villa de Caxias, o Comandante Geral Justinino, [ilegível], que apresentou o Excelentíssimo Senhor Vice Presidente, em que pede para Comandante Geral da mesma Villa, ao Coronel João Paulo Dias Carneiro, sobre o que ouvido nosso Excelentíssimo Concelho deliberou que fosse nomeado Comandante Geral daquella Villa de Caxias o supradito Coronel João Paulo Dias Carneiro, a quem se paçará a seu competente Diploma, ficando sem efeito a nomeação dada daquelle lugar ao Alférez de linha Antonio da Costa Nunes, e logo tão bem foi presente o officio do Excelentíssimo Concelheiro Raimundo Joze Munis, em que declarava que pelas suas moléstias, não podia emtrar nas funções do seu imprego para que tinha sido avizádo, sobre o que rezolveu o Excelentíssimo Concelho que durante o seu impedimento se chamassem o suplente que tivesse maior numero de votos, participandosselhe que logo disso que na formada Lei, que apenas após o seu impedimento venha a tomar acento do seu lugar de concelheiro e mais foi proposto pelo Excelentíssimo Vice Presidente que sendo prontecipádo pelo seu anteceçor, aos Dezembargadores Francisco de Paula Pereira Duarte, e Joaquim Antonio Vieira Belfort, se opripem para os lugares no conformidade do Avizo da Secretaria de Estádo dos Negocios da Justiça de Vinte e Trez de Fevereiro

de mil e oitocentos e vinte e cinco e [ilegível] a Cauza Publica que serão inúmeras as funções da Justiça, que ficão absolutamennte penalizados, pela sahida dos dois Ministros, não podendo aver [ilegível] dos crimidarios Geráis da Civíl, e do Crime, [ilegível] não [ilegível] senão dois Juizes para conhecer do [ilegível] [ilegível] daquelles, [ilegível] Juizo dos Feitos da Imperial Casa da Fazenda, sem movimento algum, o que certamente não se conforma com as partes mais [ilegível] de Sua Majestade Imperial [ilegível] que se podia [ilegível] , a execução daquelle Imperial Ordem, com os [ilegível] da Província, determinando que aquelles Ministros, continuassem a servir, athé que se precize ocazião oporthuna, para o seu tranzito, visto que cumpra Imperial Ordem , [ilegível] não dá [ilegível] por acabado, no tempo a qui dessa existência do que os mesmo Excelentissimo Concelho, rezolveu na com[p. 1, verso 2]formidáde do paricer do Excelentissimo Vice Prezidente. E por não haver mais oje que resolver, [ilegível] o mesmo Excelentissimo Concelho esta ato por feito e findo, e para constar fiz esta àta que assinão: Eu Joaquim Ferreira França Antonio do Gomes no que a fiz escrevi e subscrevi

Ilm. S. N. P. *Gomes Belfort Souza Parga Sabino Sá H^es Leal*

ANEXO 2

1338 - Livro de Ordens do Conselho

[p. 1, v. 1]

Conselho do Gov.^o [esquerda]

Livro que ha de servir para registro das Ordens do Ex^{mo} Conselho Presidencial desta Província –

[p. 2, v. 1]

1 S Ex^a o Snr Presidente, e interino Gov^{or} das Armas desta [sic] consequencia da rezolução do Ex^{mo} Conselho em Sessão de 2[7 d]e Maio findo, Ordena que V S^a determine as Camaras da Prov^a que formalizem as suas contas para serem presentes a V S^a na primeira correição, afim de serem enviadas ao m^{mo} Ex^{mo} Conselho, com aquellas anotaçoens que, V S^a julgar convenientes: o que por Ordem do m^{mo} Ex^{mo} Snr participo a V S^a para sua inteligencia, e execução. Deos Guarde a V S^a Mar^{em} Secretario do Governo 9 de Junho de 1826 = Ill^{mo} Snr Leocadio Ferreira de Gouveia Pimentel Beleza, Bacharel Ouv^{or} interino da Comarca = Joaq.^m Ferr.^a França Coronel, e Secretario do Governo =

2 S Ex^a Snr Presidente e Gov^{or} das Armas [d]esta Prov.^a em consequencia da resolução do Ex^{mo} Conselho [da] Sessão de 27 de Maio findo: Ordena que a Camara desta Capital remeta sem demora as suas contas a Secretaria deste Governo para serem presentes ao m^{mo} Ex^{mo} Conselho como já lhe foi determinado em conformidade da Sessão de 25 de Julho do anno do anno pp^o. O que por Ordem do m^{mo} Ex^{mo} S^{or} participo a V S^a para sua inteligencia, e execução. Deos Guarde a VS.^a Mar^{am} Palacio do Governo 9 de Junho de 1826 = Ill^{mo} S^{or} Juiz Presidente Vereadores e mais officiaes da Camara desta Cid^e Joaquim Ferr.^a França Secretario do Governo.

3 Em consequencia da Rezolução ao Ex^{mo} Conselho de 27 de Maio pp Ordena S Ex.^a o Snr Presidente e Gov^{or} das Armas desta Prov.^a que a Camara desta Capital obrigue aos Juizes Almota-cés que cuidem, como devem na limpeza do Assougue, que pela immundicie que nelle se conserva, emfesta com mau cheiro toda esta Cidade pelo que ficara a mesma Camara responsavel: o que por Ordem do m^{mo} Ex^{mo} Inr participa a VS.^{as} para sua intelligencia, e devida execução. Deos Guarde a V S^{as} Mar^{am} Palacio do Governo 9 de Junho de 1826 = Ill^{mos} Snr^{es} Juiz Presidente Vereadores e mais Officiaes da Ca-mara desta Cidade = Joaquim Ferr^a França, Coronel e Secretario do Governo - .

[p. 1, v. 2]

4 [Em c]onsequencia da Rezolução do Ex^{mo} Conselho em Sessão a 31 de Maio findo, Ordena S Ex^a o Snr Presidente e Gov^{or} das Armas desta Prov^a, que que a Camara desta Cidade estabeleça hu-ma Caza com o seu vendedor afim de se vender a Pobreza arros farinha em muido athe a quantia de 20 r^o sendo fiscalizado pelo Juiz Almotacé, para que seja feita a d^a venda sem in=teresse nem prejuízo da m^{ma} Camara: O que por Ordem de S. Ex^a participo a V S^{as} para sua intelligencia, e prompta execução. Deos Guarde a V S^{as} Mar^{am} Palacio do Go-verno 9 de Junho de 1826 = Ill^{mos} Snr^{es} Juiz Preisd.^e Vereadores e mais Officiaes da Camara desta Cidade = Joaq^m Ferr.^a França, Coronel e Secretario do Governo.

5 S Ex^a S.^r [O Presid.^e e Gov.^{or}] das Armas desta Prov.^a em consequencia da [rezo]lução do Ex^{mo} Conselho em Sessão de 31 do corr^{te} mez, Ordena que V. S.^a faça constar ao m^{mo} Ex^{mo} Conselho para seu esclarecim.^{to} o modo porque são prestradas as finanças dos Reos, no acto da prizão, e perante que Juizos: O que por Ordem do m.^{mo} Ex.^{mo} Snr participo a V S^a para sua inteligencia, e execução. = Deos Guarde a V S.^a Ma-ranhão Secretario do Governo 9 de Junho de 1826 = Ill.^{mo} S^{or} Der^{or} Joaq^m Antonio Vieira Berford, Chanceller e Gov^{or} da Relação desta Cid.^e = Joaq.^m Ferr.^a França Coronel, e Secretario do Governo –

6 Em consequencia da Resolução do Ex^{mo} Conselho 27 de Maio findo, Ordena S. Ex.^a o S.^r Presid.^e e Gov.^{or} das Armas desta Prov.^a que V. S^a remeta com a possível brevidade a Secretaria deste Gov.^o p.^a ser prez^{te} ao m^{mo} Ex^{mo} Conselho huma relação nominal de todos os Allumnos, declarando nella o tempo em q. se achão frequentando os Estudos, e quaes os seus comportam^{tos}, talentos e aplicação: O que por Ordem de S Ex.^a participo e V S.^a p.^a sua inteligencia, e execução=D.^o Gd.^e a V S.^a Mara^{am} Palacio do Governo 9 de Junho de 1826 = Joaquim Ferr.^a França, Coronel e Secretario do Governo = Snr Francisco Lutero dos Reis, Professor Regio de Gramatica Latina [p. 2, v. 1] N [sic] Iguaes se expedirão aos Mestres de 1^{as} [Le]trás Fran^{co} Pedro Nalasco Professor Regio = Justiniana Joaquina Amada Gomes, Professora Regia, J^e Mir. de Amorim = Fran^{co} An^{to} de Freitas Guimaraens João Fran^{co} da Crus. –